

reunião, o Presidente agradeceu a presença de todos e manifestou seu contentamento em ter-se realizado na Sede Administrativa da Fundação Nacional Pró-Memória. E em Secretaria Executiva do Conselho lavrei a presente ata que assino com os Conselheiros e o seu Presidente.

Gilberto Ferraz
 Masc Justo Guedes
 Eduardo Kneese
 Roberto Cavalcanti
 Gilberto Velho
 Francisco Iglesias
 Modesto Carvalhosa
 Maria Beltrão
 Alcides Mafra
 Solange Godoy
 Leda Dab

[Signature]
 Régine Pinto Albino

[Signature]
 José de Jesus

[Signature]
 Roberto Cavalcanti

[Signature]
 Gilberto Velho

[Signature]
 Francisco Iglesias

[Signature]
 Maria da Conceição de M. Beltrão

[Signature]
 Alcides Mafra

[Signature]
 Solange Godoy

[Signature]
 Leda Dab

Ata da 134ª reunião do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 19/08/88.

~~Às 14:00 horas do dia dezanove de agosto de 1988, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema realizou-se a 134ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sob a presidência do Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Oswaldo José de Campos Melo. Presentes os Conselheiros Gilberto Ferraz, Gilberto Velho, Eduardo~~

Kneese de Mello, Francisco Iglesias, Américo Jacobina Lacombe - Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Laurence Luiz Lacombe - Diretor do Museu Imperial, Alcídio Mafra de Souza - Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Solange de Sampaio Godoy - Diretora do Museu Histórico Nacional e Solon Beontsinis substituindo a Diretora do Museu Nacional. Ausentes por motivo justificado, os Conselheiros Afonso Arinos de Melo Franco, Max Justo Guedes, José Ephim Mindlin, Maria da Conceição Beltrão, Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Modesto Souza Barros Carvalhosa. Presente, também, o Consultor Técnico da SPHAN, Augusto Carlos da Silva Felles. O Presidente ao dar início a reunião disse que gostaria de deixar registrada profunda mágoa pelo desaparecimento do Doutor Paulo Ferreira Santos, grande arquiteto, professor e Conselheiro, que iluminou com suas reflexões e trabalhos sobre arquitetura o patrimônio brasileiro. Passou em seguida a palavra ao Dr. Silva Felles, para que fizesse a homenagem do Conselho. O Consultor Técnico disse da sua emoção por se referir ao Conselheiro que, com 84 anos de idade, ainda lívido e trabalhando, preparava textos para publicações. Disse ainda que havia por parte da SPHAN o compromisso de publicar esses textos. Destacou o feito de ter sido ele o criador da cadência de arquitetura no Brasil, tendo sido o seu primeiro professor em todo o panorama brasileiro. Foi também sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro e lá, junto com Pedro Balmon, conseguiu, graças a sua atividade, ação direta, o financiamento da Caixa Econômica Federal para a construção do prédio que é hoje a Sede do Instituto Histórico. Foi ainda membro fundador do Conselho Brasileiro de História da Arte.

Sobre seus trabalhos publicados disse que Paulo Santos foi autor de livros e de uma série de trabalhos publicados, digo, trabalhos fundamentais, destacando-se a Arquitetura Religiosa de Ouro Preto, a Arquitetura Jesuítica no Brasil e na revista "Habitat" de Pietro Bardi, publicou artigos sobre a Revolução Industrial. Citou ainda uma palestra proferida por ele no aniversário da Universidade do Brasil, sob o título "Quatro Séculos de Arquitetura no Rio de Janeiro", publicado pela Universidade em 1966, reeditado pela Faculdade de Barra do Piraí, e recentemente, em 1981, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, com título "Quatro Séculos de Arquitetura". No Colóquio Internacional Luso Brasileiro, em Coimbra, o professor Paulo Santos apresentou 2 trabalhos que foram editados nas Atas do Colóquio e reeditados em separado - os trabalhos fundamentais para o conhecimento do Brasil - "Formação das cidades do Brasil Colonial e outro é "Contribuição ao Estudo de Arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil". Recentemente, ele estava preparando um trabalho sobre mestres de obras, Engenheiros e Arquitetos de Portugal e do Brasil e preparando mais quatro livros. Um ligado a História da Arte e três sobre o Rio de

Janeiro - Cidade Colonial, Cidade Imperial e
 Cidade Republicana. Na última revista de Ar-
 quitetura da UFRJ vai sair seu trabalho "Arqui-
 tectura Moderna no Brasil". Em 1955, tomou
 posse no Conselho Consultivo do Patrimônio,
 onde teve oportunidade de dar inúmeros parece-
 res dos quais destacamos: o controle archite-
 tônico e paisagístico em Jassouras; sobrados
 em Minas Novas - chamado "Sobrados de
 Minas Novas" - e sobre o Edifício da Escola
 de Engenharia do Largo de São Francisco,
 bastante complicado e difícil. Destacou, ainda,
 seu parecer sobre o tombamento do edifício on-
 de hoje é a Cândido Mendes, antigo Conven-
 to do Carmo, na Rua 1ª de março; Parque
 do Flamengo, hoje tema de análise desta
 reunião; o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio,
 a partir de um estudo de Miran de Barros
 Latif; o conjunto paisagístico do Serro, em
 Minas Gerais e o conjunto notável que ele
 estudou, com muita proficiência, constituído
 pelo Teatro Municipal, Biblioteca Nacional e
 prédio do Museu de Belas Artes. O Conse-
 lheiro Paulo Santos, estando com dificuldade
 de locomoção e de vista, renunciou ao man-
 dato de Conselheiro, por não ^{poder} estar presente
 às reuniões. Ao encerrar, o Consultor Técnico
 Silva Telles disse que a perda de Paulo Santos
 constitui a perda de um grande professor,
 brasileiro e batalhador do patrimônio, pelo
 conhecimento da arquitetura no Brasil e da
 cultura brasileira. O Presidente agradeceu
 as palavras do Dr. Silva Telles e deixou a

palavra livre. O Conselheiro Eduardo Kneese fez uso da palavra para também registrar seu profundo pesar pelo desaparecimento do Conselheiro Paulo Santos pedindo que fosse transmitido à família dele, em nome do Conselho, votos de pesar. O Presidente pediu à secretária executiva do Conselho que anotasse o pedido e tomasse as devidas providências. O Consultor da SPHAN, Augusto Silva Velles, manifestou-se mais uma vez para dizer que o Conselheiro Paulo Santos, há cerca de 4 anos, doou à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico a sua biblioteca, talvez a mais importante sobre História de Arquitetura e História da Arte. O Presidente passou à ordem do dia registrando, antes, a presença do Dr. Solon Leontinis, representando o Museu Nacional, na ausência da sua Diretora Professora Leda Dau, que sofreu um acidente. Antes de passar a palavra ao Conselheiro Gilberto Velho, relator do Processo nº 1.180-T-35, que analisa o pedido de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cuiabá, Mato Grosso, registrou a presença da Diretora Regional da 8ª Diretoria Regional SPHAN / Pró-memória, Vera Bosi. O Conselheiro Gilberto Velho disse que o processo demonstrava a importância de Cuiabá na História do Brasil. Explicou ainda ^{que} sua situação de centro urbano, no interior, desempenha papel fundamental na consolidação e expansão do território nacional, tendo inclusive, importante papel na Guerra do Paraguai. Cabe ainda ressaltar seu papel de centro comercial e ponto de entronca-

mento das várias regiões do território mato-grossense. Disse, ainda, que o parecer técnico destacava, com muita propriedade, as noções de conjunto e de processo histórico-cultural, justificando o tombamento por seus testemunhos arquitetônicos e paisagísticos, expressando a história do país no centroeste. Trata-se de um tombamento cuja importância transcende o local e o regional. O Conselheiro disse ser favorável ao tombamento do Centro Histórico nos termos propostos pela assessoria técnica da SPHAN, cujo trabalho mais uma vez, merecia louvor. O Presidente antes de colocar o assunto em votação, disse que ao participar da reunião do Conselho Nacional de Turismo, em Campo Grande soube através de dados levantados pela Embratur, que a região centroeste poderá ter, antes do ano 2000, o turismo ecológico e cultural como maior fonte de recursos. O Conselheiro Eduardo Kneese disse também que, recentemente, tomou conhecimento da riqueza daquela região e acredita que brevemente será uma das mais ricas do país. Colocado em votação o processo, foi o mesmo aprovado por unanimidade, em conformidade com o voto do relator. O Presidente, prossequindo na ordem do dia, procedeu a leitura de uma carta da Sra. Urcélia Barroso, Diretora Executiva do Centro da Memória da Eletricidade, dirigida ao Presidente da Prémémoria pedindo que fosse retirada da pauta da reunião o assunto relativo a constru-

ca da sede definitiva do Centro da memória da Eletricidade no Brasil. O Presidente submeteu à alta consideração do Conselho a fundamentação do pedido. O Conselho por unanimidade, decidiu que não havia motivo para a retirada do assunto. Passou em seguida a palavra ao Conselheiro Gilberto Ferraz para a análise das solicitações da construção no Parque do Flamengo e seu entorno constante do Processo nº 060-A-87/SPHAN, sede do Centro da memória da Eletricidade no Brasil; Processo nº 040-A-88/SPHAN, Sede da Confederação Brasileira de Vela e motor; Processo nº 043-A-88/SPHAN, Borda da Bola Preta e Processo nº 049-A-88/SPHAN, Centro Cultural da Glória. O Conselheiro Gilberto Ferraz, relator dos processos, reportou-se ao processo de tombamento do Parque do Flamengo destacando os pareceres de Maria Carlota de Macedo Soares e Dr. Rodrigo de Melo Franco que ouviram, a respeito, o Arquiteto Paulo Sedim Barreto, que opinou pelo tombamento, tendo em vista o significado social paisagístico do Parque do Flamengo com o de acordo de Leúcio Costa, então Diretor de Divisão de Estudos de Tombamento. O Processo, ao ser enviado, à época, ao Conselho Consultivo, teve como relator o Arquiteto Paulo Santos, que sugeriu o tombamento da área marítima abrangida pelo parque até 100 metros da praia, em toda extensão, a fim de evitar que se fizesse ali, no futuro, construções espúrias, que poderiam sacrificar a beleza do conjunto e o Conselho Consultivo, em 20/04/75, decidiu pelo tomba-

mento. Em seguida, o Conselheiro passou a dar parecer sobre o pedido do Bola Preta e julgou não haver razão para um Clube Laranhaense solicitar área na orla marítima, para esporte náutico. Sobre o pedido da Confederação de Vela e Motor, o Conselheiro disse "trata-se de solicitação de construção fora do perímetro tombado e que merece consideração. Em 1983 foi apresentado pedido e foi aprovado projeto em acordo com os critérios da Prefeitura, que permitiam edificação com 1 (um) pavimento e ocupação de 50% de terreno alegando, "para evitar a construção de grandes massas junto ao mar". Em 1987, a Confederação solicitou à Prefeitura revisão dos parâmetros anteriores e apresenta projeto à SPHAN de edificações de três pavimentos, para sede administrativa da Confederação, incluindo auditório, restaurante e um posto de abastecimento para barcos. A Prefeitura reviu os parâmetros anteriores em documento de 04/08/87, permitindo: edificação de 3 (três) pavimentos com altura máxima de 15 (quinze) metros; ocupação de 50% da área total do terreno, sendo 15% testada do terreno de construções "para garantir ao pedestre ou a quem passar de carro pela Chruída Silvio de Noronha a vista para o mar; 1:30 vaga de automóvel por m^2 de área útil da sede administrativa, incluindo o auditório. 1:20 vaga por m^2 de área útil dos locais destinados ao público quando se tratar de restaurante. A Prefeitura encaminhou o processo para a SPHAN e, em

17/03/88 a 6ª Diretoria Regional informou: "Face a alteração dos critérios adotados anteriormente pela SPHAN/6ª DR e tendo em vista que uma construção de três pavimentos junto ao mar poderia vir a influenciar negativamente como bloqueio visual numa área prejudicada pela presença de galpões pertencentes aos clubes com sede junto ao mar, obtivemos do arquiteto autor do projeto o compromisso da supressão de um pavimento, o terceiro, onde se situa o restaurante, ficando o prédio com dois pavimentos, sendo um em pilotis, necessário segundo o autor, para movimento de barcos em dias de competição". Acredito assim, que o novo projeto, baseado nesses critérios possa vir a ser aprovado contanto que se garanta que o pé direito do pilotis e a cota de coroamento do edifício sejam determinados pela DR e configurem uma volumetria mais baixa que a dos clubes existentes. Isto seria um bom exemplo a ser seguido pelos clubes vizinhos, que assim acabariam com os horríveis galpões que têm uma volumetria maior do que a desejada". Quanto ao Centro Cultural da Glória, Processo nº 049-A-88/SPHAN, o Projeto Burlamaqui, localizado por trás da Marina, constando de aquário, umbráculo, auditório, circo aquático e restaurante, deu pouco favorável aos três primeiros, isto é, ao aquário, umbráculo e o auditório por fazerem parte do projeto inicial. Quanto ao restaurante, disse que já existia dois no Parque e ambos em

dimensões compatíveis e, em relação ao circo aquático, considerava desaconselhável aprovar alguma coisa fora do previsto no projeto original. Sobre o pedido do Centro da Memória da Eletricidade, Processo nº 060-A-87/SPHAN, a Eletrobrás pede licença para construir o Centro no espaço em frente aos clubes náuticos. Este espaço é o único sobrando onde se pode construir algo, assim mesmo, na dependência da volumetria da construção. É o caso mais delicado entre os aqui debatidos. Além de tudo, a área destinada, no projeto, à garagem da Fundação do Parque do Flamengo. O volume do prédio não pode, de modo algum, amesquinhar o Museu de Arte Moderna. Além disso ali existe um estacionamento de carros, de importância, numa cidade onde não há mais local para se estacionar veículos, servindo durante a semana aos que ali trabalham e aos sábados e domingos essencial aos que utilizam os clubes náuticos. A SPHAN já pediu à Prefeitura para definir se realmente vai construir ali a sede da Fundação. Caso negativo, pedimos que seja urbanizada e arborizada toda a área e que seja declarada non-aedificandi. Seria necessário esclarecer junto à Prefeitura quais os planos existentes para a área, informe noticiado na imprensa. Quanto à Marina, julgo necessário terminar com a sua privatização, que impede a livre utilização pelo público e, bem assim, limitar os

loais de comércio - concessão dada pela Riatur, conforme informação da Secretaria Municipal de Fazenda, Departamento de Patrimônio. Para finalizar, sugiro que, salvo as construções previstas no projeto original, toda a área do parque seja definida como non-aedificandi. O Conselheiro Gilberto Velho, manifestou-se de acordo com o parecer do relator quanto à preservação do plano original do Parque do Flamengo e indagou sobre as modificações já ocorridas no plano original e o que a SPHAN poderia fazer para tratar de corrigir esta situação. O Presidente do Conselho disse que já tinha todas as construções e alterações ocorridas no Parque do Flamengo para distribuir aos Conselheiros para que todos tivessem condições de avaliar a real situação do Parque do Flamengo em relação ao seu projeto original. O Conselheiro Gilberto Velho perguntou se o terreno era do Município ou do Estado. O Presidente registrou a presença do Dr. Lúcio Abreu, Presidente da Fundação Parque do Flamengo e solicitou que ele desse esse esclarecimento. Dr. Lúcio Abreu agradeceu ao Presidente do Conselho a oportunidade de poder falar sobre o trabalho que eles estavam desenvolvendo e também de poder em nome da Prefeitura e da cidade, agradecer à SPHAN o trabalho de proteção que ela vem desenvolvendo no sentido de preservar o Parque do Flamengo impedindo sua descentralização. Preocupação manifestada pela SPHAN

antes de votar seu tombamento quando inda-
ga o Governo do Estado sobre as condições
de preservação para a garantia do tomba-
mento. À época, a resposta do Estado foi
a criação da Fundação que, mais tarde,
foi desativada. Com a fusão do Estado
do Rio de Janeiro com o Estado da Gua-
nabara e mudanças sucessivas, o Parque
do Flamengo foi considerado patrimônio da
Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.
Agora, o Prefeito Saturnino Braga, atenden-
do aos reclamos da sociedade, retoma o
projeto do Parque do Flamengo e enviou pa-
ra a Câmara projeto de criação da Funda-
ção Parque do Flamengo passando para seu
patrimônio tudo que pertence ao Parque e,
se aprovada pela Câmara, já em setembro,
a Fundação começaria a ter recursos extra-
orçamentários para recuperar no Parque tu-
do o que se determinou. Se comprometer
também, em acatando a decisão da SPHAN,
construir o que foi proposto pelo Centro Cul-
tural. O Presidente agradeceu as palavras
do Dr. Leúcio Abreu e cobrou em votação
o voto do relator. Os Conselheiros Eduardo
Kneese, Solange Godoy e Gilberto Velho ma-
nifestaram preocupação quanto a posição
da SPHAN no que se refere as construções
irregulares, algumas precárias, existentes
no aterro, não previstas no projeto original,
para que a SPHAN não faça justiça pela
metade. O Presidente disse que concordava
perfeitamente com a colocação dos Conselhei-

ros e que iria determinar a 6ª Diretoria Regional que iniciasse estudos nesse sentido e que, após isso, voltaria o assunto à decisão do Conselho. Com relação aos Processos nº 060/87, nº 040/88, nº 043/88 e nº 049/88, já colocados em votação, ficou aprovado pela unanimidade dos Conselheiros, o voto do relator. Prosseguindo, o Presidente disse que, partindo de uma decisão dele, todos os processos indicados para arquivamento pela área técnica passarão a constar da pauta, para que o Conselho tomase conhecimento do assunto e, se houvesse interesse, poderia ser solicitado um reestudo da matéria. O Presidente colocou em discussão o arquivamento do Processo nº 1.108-T-83 do Cartório de Santa Catarina, passando a leitura da justificativa. A Coordenadoria de Proteção sugeriu o envio de ofício à Câmara de Vereadores de Santos manifestando entendimento da SPHAN, partindo de estudos conjuntos entre 9ª Diretoria Regional da SPHAN, Prefeitura de Santos e CONDEPHAAT, de encaminhar à Proteção do Patrimônio Santista, sob o ponto de vista do Centro Histórico. Como não houvesse nada em contrário, foi aprovada a proposta de arquivamento e o Presidente passou a apreciar a proposta de arquivamento do Processo 1.166, que trata do pedido de tombamento do imóvel situado à Rua Professor Antônio Lopes, no Município de Viana-Maranhão, antiga sede do Governo Civil e militar da então província. A justi-

ficativa se baseia no fato do imóvel ter sido demolido recentemente. Feita a colocação e tendo em vista a razão definitiva para o arquivamento, o Conselho determinou o arquivamento. Em seguida foi apreciada a proposta de arquivamento do Processo nº 1.112-T-84 que analisa a proposta de tombamento de embarcações a vapor que trafegam no Rio São Francisco - Pirapora, Minas Gerais. O Presidente disse que o principal motivo para arquivamento do processo era o de que uma das embarcações, propostas para tombamento, desapareceu em um incêndio e a outra foi tombada pelo IEE PHA, já se encontrando protegida na esfera estadual, não se justificando portanto seu tombamento a nível federal. O Conselho por unanimidade decidiu pelo arquivamento do processo. O Presidente passou a palavra ao Dr. Solon Deontsimis, representando naquela reunião a Diretora do Museu Nacional, para proceder em seu nome, relato do Processo nº 860-T-72 que analisa o pedido do Museu Nacional de Belas Artes para saída do país da obra de seu acervo "O Café", de autoria de Cândido Portinari para participar de exposição no THE BRONX MUSEUM OF THE ARTS / NEW YORK / EUA no período de 27 de setembro de 1988 a 29 de janeiro de 1989. Antes de proceder a leitura do parecer da Conselheira Cida Dau, o Dr. Solon disse que, ainda no sentido de homenagear o Conselheiro Paulo Santos, sugeriu que

fossem identificados os seus principais pareceres de tombamento e que fossem os mesmos publicados pela SPHAN. O Presidente apoiou a sugestão apresentada e disse que a obra do Conselheiro Paulo Santos era uma obra que gerava "jurisprudência" devido ao fato de ser constantemente citada em pareceres de estudiosos e técnicos brasileiros. O Dr. Solon passou a leitura do parecer do processo de saída do país do quadro "O Café", de Cândido Portinari dizendo que, atendidas as solicitações, digo, as condições de segurança para envio e condicionando a chegada da apólice do seguro votava favoravelmente ao pleito. O Conselheiro Alcides Mafra esclareceu que a apólice já havia sido encaminhada à Secretaria do Conselho para ser anexada ao processo. O Presidente colocou o assunto em votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Passou em seguida a palavra ao Conselheiro Lourenço Luiz Lacombe relator do Processo nº 829-T-70 Volume II que trata do pedido do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo para saída do país da obra intitulada "O Enigma de Um Dia" de autoria de Giorgio De Chirico, para figurar na exposição comemorativa do centenário de nascimento do artista a ter lugar no Museu Correr em Veneza, de 30/09/88 a 15/01/89. O Conselheiro disse que, por estar o processo devidamente informado e com toda a documentação necessária votava favoravelmente ao pleito. Colocado em votação, o processo foi

aprovado por unanimidade. O Presidente passou a palavra ao Consultor Técnico da SPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles para proceder a leitura do parecer dado pelo Conselheiro Masc Justo Guedes, ausente naquela reunião, no Processo nº 809-T-68 Volume 47, que analisa o pedido do MASP para saída do país da obra "O Retrato da Princesa Bibesco" de autoria de Edouard Vuillard. O relator, tendo em vista as garantias oferecidas e a seriedade da instituição organizadora, Museum Art Gallery da Universidade de Alabama, manifestou-se favorável ao pleito. O Presidente colocou o processo em votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. A Conselheira Solange Góes passou, em seguida, a fazer a leitura do seu parecer no Processo nº 009-A-88/SPHAN que analisa o pedido do Sr. João Marino para a permanência no exterior de sua coleção de arte em face do comitê da Fundação Calouste Gulbenkian / Lisboa, Portugal, em dezembro/88. A Conselheira disse que manifestava-se inteiramente favorável, mas gostaria de chamar atenção para a recomendação de que esta coleção, no futuro viesse para o Brasil, advogando o Museu Histórico Nacional para apresentar ao público uma coleção que fala não só da História da Arte, mas também a História do Brasil, e também as recomendações de Dra. Lygia Martins Costa quanto a duração da mesma e o envio de catálogo. Colocado pelo Presidente

em votação, foi o processo aprovado por unanimidade. O Presidente apresentou, para ser ratificado, o Processo nº 139-T-38 Volume 2, que trata de autorização para saída do país de objetos de arte plumária pertencentes ao Museu Paulista e acervos particulares, solicitada pelo ministério das Relações Exteriores, para participarem de exposições de Arte Plumária do Indígena Brasileiro, em Barcelona e Madri, no período de junho a setembro de 1988. Ainda para ser ratificado, o Processo nº 860-T-72 Volume 16, que analisou o pedido da Biblioteca Nacional para saída do país da obra "Sacramental" de autoria de Clemente Sanchez de Vercial para exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa, no período de 20 de maio a 04 de junho de 1988. Em votação foram os mesmos ratificados. Sobre a obra "Sacramental" o Presidente informou que a Diretora da Biblioteca Nacional já havia comunicado seu retorno à Biblioteca Nacional. Tentando encontrar uma maneira melhor de atuar na questão de saída de obras de arte do país o Presidente apresentou ao Conselho uma solicitação do MASP de enviar a Berlim, de 100 obras, para participar de exposições no Staatliche Kunsthalle, no período de 20/11/88 a 04/01/89. Das 100 obras solicitadas, o Presidente informou que 48 obras iriam de Martigny-Suiza onde se encontram no momento e que as demais sairiam do Brasil. O Presidente disse que estava apresentando o pedido ao Conselho como consulta prévia, tentando evi-

tar desta forma, que o Conselho tomasse conhecimento do pedido em cima da hora. Disse ainda que o Diretor do MASP alegou que devido ao trabalho de reforma do prédio do MASP, as obras expostas na Europa estavam mais seguras do que se ficassem na reserva do Museu. O Conselheiro Gilberto Velho disse que compreendia a situação do MASP mas gostaria de registrar sua posição de que elas ainda deveriam ficar no Brasil e que o argumento de insegurança não se generalizasse diante da insegurança geral dos museus nacionais. O Presidente disse também que a questão era conjuntural e que não poderia servir de argumento para o Diretor do MASP expor seu acervo no exterior. O Presidente apresentou ainda como consulta prévia outra solicitação do MASP - Processo nº 809-I-68, para envio ao Japão de 76 peças de autoria de Edgar Degas no período de 27 de outubro de 1988 a 07 de maio de 1989 e uma solicitação da Secretaria de Difusão e Intercâmbio Cultural do Ministério da Cultura para envio de peças arqueológicas para participar da Exposição de Arqueologia no Museu do Homem, em Paris, com inauguração prevista para 12 de outubro do corrente ano. O Presidente solicitou à secretária do Conselho que prestasse esclarecimentos sobre o pedido da SEDI, pois o processo estava bem incompleto. A secretária do Conselho disse que havia pedido um parecer ao se-

ter de arqueologia da SPHAN e que, com base no parecer técnico, foi enviado à SEDI, solicitando todas as informações sugeridas no parecer. O Presidente explicou que a consulta prévia não era autorização e que, sabedor de que os Conselheiros muitas vezes reagiam a uma autorização em cima da hora, por telefone e, muitas vezes, entre uma reunião e outra há um pedido urgente, não havendo tempo de esperar por outra reunião, estava dando conhecimento ao Conselho daqueles 3 pedidos. O Presidente submeteu ao Conselho o pedido do Diretor do MASP para saída do país da obra "Americamerica" de Rubens Gerchman para exposição sobre o tema "A Presença Latino-Americana nos Estados Unidos de 1920 a 1970" a ser realizada no Bronx Museum of the Arts de Nova York. Contendo o pedido do MASP todas as informações sobre a segurança da obra manifestou-se favorável ao pleito. O Conselheiro Alcide Mafra esclareceu que tratava-se da mesma exposição para a qual foi solicitada o empréstimo da obra "O Café". O Presidente colocou o assunto em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Passando aos assuntos diversos, o Presidente comentou sobre o texto constitucional relativo à Cultura, aprovado pela Constituinte, e enviando a todos acompanhado do ofício de Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza, Assessor Parlamentar do Ministério da Cultura. O Presidente ressaltou o empenho e a preocupação diária do ministro Celso Fux-

Kado durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte no tocante às questões culturais, a quem rendia naquele momento homenagem. Prosseguindo, deu conhecimento ao Conselho da autorização dada ao Museu Nacional, para envio de 61 gravuras (reimpressas) de autoria de Oswald Goeldi para exposição no Brazilian American Cultural Institute, em Washington-EUA e depois itinerar pelas principais cidades dos Estados Unidos. Comunicou, ainda, o retorno ao Brasil, das obras que participaram da Exposição "Modernidade-Arte Popular Brasileira do Século XX", das 52 obras do acervo do MASP que estavam em exposição em Martigny-Suica e das 31 obras de Grandjean de Montigny pertencentes aos acervos do Museu Nacional de Belas Artes, Biblioteca Marmottan de Boulogne Billancourt, França, autorizada pelo Conselho em sua 133ª reunião em 02/05/88. O Presidente colheu, digo, comunicou o cancelamento do Processo nº 055-A-77, que trata do envio a Alemanha do automóvel PROTOS, autorizado pelo Conselho na reunião de 06/11/87, em razão da desistência do Museu. A Conselheira esclareceu que o automóvel não iria para Alemanha, entretanto, eles vão mandar as peças de lá para cá. Quanto a parte mecânica do carro, está toda mapeada e, se fechado um intercâmbio com a BOSCH, Mercedes e Museu Alemão de Munique, o carro poderá até vir a funcionar. O Presidente deu conhecimento ao Conselho da correspondência

do Sr. Bernard Beron ratificando entendimento com o engenheiro Augusto Guimarães Filho por ocasião de sua visita ao Rio de Janeiro, no sentido de executar serviço de desincrustação molecular, por intermédio de ondas térmicas e hidrofugação por capilaridade na estátua da juventude, de Bruno Giorgi sem ônus para a SPHAN/FNPM. Prosseguindo, disse que apenas do oferecimento tinha um pouco pelo método moderno ainda pouco conhecido, mesmo já tendo sido usado no monumento as Bandeiras, de Victor Brecheret no monumento dos Fundadores de São Paulo, de Luiz Marro-ne. Os Conselheiros também manifestaram preocupação quanto a experiência e ficou decidido que o Presidente iria pedir maiores informações sobre o assunto e trazer novamente a matéria ao conhecimento do Conselho. Distribuiu aos Conselheiros cópia do Projeto de Lei Complementar que tramita no Senado Federal sob o nº 20, sobre alterações da legislação que cria municípios, já com o parecer da Coordenadoria Jurídica da SPHAN, para que o Conselho refletisse sugestões sobre a matéria e, só então, a SPHAN/FNPM se manifestaria oficialmente. Em relação a portaria de arqueologia discutida na 133ª reunião o Presidente disse que deixaria para a próxima reunião a decisão de assiná-la, pois a Conselheira Maria Beltrão, relatora da mesma, se encontrava ausente. Antes de franquear a palavra, o Presidente disse que gostaria de saber dos Conselheiros quanto a disposições de

les em realizar em Pirenópolis/GO a 135ª reunião do Conselho, solicitando empenho de todos, uma vez que durará o Conselho ser hospedado pelo Governo de Goiás e Prefeitura local e o quórum seria imprescindível. O Conselho aprovou a solicitação do Presidente e ficou definido que a 135ª reunião seria nos primeiros dias de outubro em Pirenópolis, cabendo à Secretaria do Conselho avisar a todos com antecedência o dia certo. O Conselheiro Gilberto Ferraz pediu a palavra para manifestar sua preocupação sobre notícias da transferência da Biblioteca Nacional para Brasília. O Presidente disse que ele não tinha conhecimento desta ideia e sim da criação de um Centro Cultural em Brasília, com uma parte do Arquivo Nacional, e com uma Biblioteca, não com o nome nacional, e sem levar nenhum acervo do Rio de Janeiro. Nesse sentido o Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória tem mantido entendimento com a Diretora da Biblioteca Nacional compreendendo que a Biblioteca a ser criada seria nova. Quanto ao Ministro Celso Kurtz disse ele, sempre foi favorável a manutenção dos acervos onde eles estão, isto não só em relação ao Rio de Janeiro. O Conselheiro Gilberto Velho disse que estava participando bastante da discussão sobre o Conjunto Cultural de Brasília e que a observação do Conselheiro Gilberto Ferraz era oportuna, pois o projeto era vago e contraditório, parecendo,

às vezes, haver a redundância de instituições e que o Museu Nacional, por seus representantes, já havia se manifestado, com a mesma preocupação. O Conselheiro Américo Jacobina Lacombe manifestou-se para dizer que a Casa de Rui Barbosa permaneceria no Rio de Janeiro. O Conselheiro Francisco Iglesias disse que o idealizador do projeto pode ter recuado nas iniciativas mas ele, de fato, pensar em levar a Biblioteca Nacional para Brasília, bem como o Instituto Histórico, o Arquivo Nacional e a Academia Brasileira de Letras, tanto que o Presidente da Academia de Letras, Dr. Austregésilo de Athayde, respondeu que no Estatuto da Academia dizia que a sede era na cidade do Rio de Janeiro e não na Capital da República e portanto, a Academia não poderia ir para Brasília. Os Conselheiros Alcides Mafra e Solange Godoy apoiaram as palavras do Conselheiro Gilberto Velho. O Presidente referindo-se ainda ao Centro Cultural, disse que na gestão do ministro Celso Kurtado ele já tinha se manifestado contra qualquer construção antes de uma mudança na economia do país, portanto, dizia ele: "durante minha gestão no Ministério da Cultura eu não apoio e nem aplaudo o início de obras". O Presidente disse que nos espaços destinados a exposições os nossos museus poderiam levar exposições à Brasília em rodízio anual como poderiam levar para qualquer região do país e que o Centro Cultural não precisaria ter

sem acervo próprio, pois, o acervo das instituições do Governo já permitiria a criação, em Brasília, de uma galeria de arte, não havendo portanto necessidade de levar acervo de outras cidades para se criar um em Brasília, mesmo porque um acervo, não se cria numa decisão de Governo, em um dia, uma semana ou em um ano. O Conselheiro Alcides Mafra, reforçando as palavras do Presidente, disse que o Museu Nacional de Belas Artes, através da Fundação Nacional Pró-Memória, firmou convênio com o Banco Central através do qual foram restauradas inúmeras obras do seu acervo para abertura de uma galeria de exposições e que não sabia no momento a posição atual Presidente do Banco com relação à galeria, mas todas as obras assinadas por Portinari, e que pertencem ao acervo dos Diários Associados, bem como inúmeras obras de papel, foram restauradas no Rio e voltaram para Brasília. Portanto, as próprias instituições dispõem de acervo, que poderiam perfeitamente ser exibidos ao público. Antes de dar por encerrada a reunião o Presidente apresentou a Dra. Janice Monte-Mór, nova Coordenadora de Registro e Documentação da SPHAN e da Pró-Memória, acumulando a Coordenação Geral de Documentação. Ao dar boas vindas a nova Coordenadora destacou o brilhantismo, alta eficiência e eficácia no seu trabalho na Biblioteca Nacional. O Presidente agradeceu a presença de todos e pediu um aparte reservado com

os Conselheiros. Nada mais havendo para tratar, eu Regina Elena Pinto Vieira Ribeiro, lavei a presente ata que assino juntamente com o Presidente e demais membros do Conselho.

Regina Pinto Ribeiro

Em razão de vários equívocos na transcrição da Ata da 134ª Reunião do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional fica o texto supra anulado passando a vigorar a transcrição que se faz a seguir:

Às 14:00 horas do dia dezanove de agosto de 1988, no Salão Fortinari do Palácio Gustavo Capanema, realizou-se a 134ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sob a Presidência do Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Oswaldo José de Campos Melo. Presentes os Conselheiros Gilberto Ferrez, Gilberto Velho, Eduardo Kneese de Mello, Modesto Souza Barros Carvalhosa, Francisco Iglesias, Américo Jacobina Lacombe - Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Lourenço Luiz Lacombe - Diretor do Museu Imperial, Alcídio Mafra de Souza - Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Solange de Sampaio Godoy - Diretora do Museu Histórico Nacional e Solon Leontsinis, substituindo a Diretora do Museu Nacional. Ausentes por motivo justificado, os Conselheiros Afonso Arinos de Melo Franco, Max Justo Guedes, Jo-

sé Ephim Mindlin, Maria da Conceição Beltrão e Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Presente, também, o Consultor Técnico da SPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles. O Presidente, ao dar início à reunião, disse que gostaria de deixar registrada profunda mágoa pelo desaparecimento do Doutor Paulo Ferreira Santos, grande arquiteto, professor e conselheiro, que iluminou com suas reflexões e trabalhos sobre arquitetura o patrimônio brasileiro. Passou em seguida a palavra ao Dr. Silva Telles para que prestasse a homenagem do Conselho. O Consultor Técnico disse da sua emoção por se referir ao conselheiro que, com 84 anos de idade, ainda lúcido e trabalhando, preparava textos para publicação. Disse ainda que havia por parte da SPHAN o compromisso de publicar esses textos. Destacou o feito de ter sido ele o criador da cadeira de arquitetura no Brasil, tendo sido o seu primeiro professor em todo o panorama brasileiro. Foi também sócio benemerito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e lá, junto com Pedro Calmon, conseguiu, graças à sua ação direta, o financiamento da Caixa Econômica Federal para a construção do prédio que é hoje a sede do Instituto Histórico. Foi ainda membro fundador do Conselho Brasileiro de História da Arte. Sobre seus trabalhos publicados lembrou ter sido Paulo Santos autor de livros e de uma série de trabalhos fundamentais, destacando-se a Ar-

Arquitetura Religiosa de Ouro Preto, a Arquitetura Jesuítica no Brasil e de artigos sobre a Revolução Industrial. Citou ainda uma palestra proferida por ele no aniversário da Universidade do Brasil, sob o título "Quatro Séculos de Arquitetura no Rio de Janeiro", publicado pela Universidade em 1966, reeditado pela Faculdade de Barra do Piraí, e recentemente, em 1981, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, com título "Quatro Séculos de Arquitetura". No Colóquio Internacional Luso Brasileiro, em Coimbra, o professor Paulo Santos apresentou 2 trabalhos que foram editados nas Atas do Colóquio e reeditados em separado - são trabalhos fundamentais para o conhecimento do Brasil: "Formação das Cidades do Brasil Colonial" e "Contribuição do, digo ao. Estudo de Arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil". Recentemente ele estava preparando um trabalho sobre mestres de obra, engenheiros e arquitetos de Portugal e do Brasil e preparando mais quatro livros, um ligado à História da Arte e três sobre o Rio de Janeiro - Cidade Colonial, Cidade Imperial e Cidade Republicana. Na última revista de arquitetura da UFRJ vai sair seu trabalho "Arquitetura Moderna no Brasil". Em 1955, tomou posse no Conselho Consultivo do Patrimônio, onde teve oportunidade de dar numerosos pareceres dos quais destacou o controle arquitetônico e paisagístico em Vassouras; Sobrado em Minas Novas (chamado "Sobradão de Minas Novas"); e sobre o edifício da Escola de Engenharia do Largo de São Fran-

visão, bastante complicado e difícil. Destacou, ainda, seus pareceres sobre o tombamento do antigo Convento do Carmo, na Rua 1^o de março; do Parque do Flamengo, hoje tema de análise da reunião; do conjunto paisagístico de Cabo Frio, a partir de um estudo de Miran de Barros Latif; do conjunto paisagístico do Serro, em Minas Gerais e do conjunto notável que ele estudou, com muita proficiência, constituído pelo Teatro municipal, Biblioteca Nacional e prédio do Museu de Belas Artes. O Conselheiro Paulo Santos, estando com dificuldade de locomoção e de visão, renunciou ao mandato de Conselheiro, por não poder estar presente às reuniões. Ao encerrar, o Consultor Técnico Silva Telles disse que a perda de Paulo Santos constituía a perda de um grande professor, brasileiro e batalhador do patrimônio, pelo conhecimento da arquitetura no Brasil e da cultura brasileira. O Presidente agradeceu as palavras do Dr. Silva Telles e franqueou a palavra aos demais. O Conselheiro Eduardo Kneese registrou seu profundo pesar pelo desaparecimento do Conselheiro Paulo Santos pedindo que fosse transmitido à família dele, em nome do Conselho, votos de pesar. O Presidente pediu à Secretária Executiva do Conselho que analisasse o pedido e tomasse as devidas providências. O Consultor da SPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles, manifestou-se mais uma vez para dizer que o Conselheiro Paulo

Santos, há cerca de 4 anos, doou à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico a sua biblioteca, talvez a mais importante sobre História da Arquitetura e História da Arte. O Presidente passou a ordem do dia registrando, antes, a presença do Dr. Solon Leontsinis, representante do Museu Nacional, na ausência da Diretora, Professora Leda Dall, que sofreu um acidente. Antes de passar a palavra ao Conselheiro Gilberto Velho, relator do processo nº 1.180-T-85, que analisa o pedido de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Curitiba, Mato Grosso, registrou a presença da Diretora Regional da 8ª Diretoria Regional SPHAN/Pro-Memória, Vera Bosi. O Conselheiro Gilberto Velho disse que o processo demonstrava a importância de Curitiba na História do Brasil. Explicou que sua situação de centro urbano, no interior, desempenha papel fundamental na consolidação e expansão do território nacional, tendo inclusive, importante papel na Guerra do Paraguai, cabendo ressaltar seu papel de centro comercial e entroncamento das várias regiões do território mato-grossense. Disse, ainda, que o parecer técnico destacava, com muita propriedade, as noções de conjunto e de processo histórico-cultural, justificando o tombamento por seus testemunhos arquitetônicos e paisagísticos, expressando a história do país no centro-oeste. Trata-se de um tombamento, acrescentou, cuja importância transcende o local e o regional. Encerrou afirmando

O seu parecer favorável ao tombamento do Centro Histórico e contrário às impugnações apresentadas, nos termos propostos pela assessoria técnica e jurídica da SPHAN, cujo trabalho, mais uma vez, mereceu louvor. O Presidente, antes de colocar o assunto em votação, disse que ao participar da reunião do Conselho Nacional de Turismo, em Campo Grande, soube, através de dados levantados pela Embratur, que a região centroeste poderá ter antes do ano 2000 o turismo ecológico e cultural como maior fonte de recursos. O Conselheiro Eduardo Kneese disse também que, recentemente, tomou conhecimento das, digo da riqueza daquela região e acredita que brevemente será uma das mais ricas do país. Colocando em votação o assunto foram as impugnações rejeitadas e aprovado, por unanimidade, o tombamento do conjunto e do seu entorno em conformidade com o voto do relator. O Presidente, prosseguindo na ordem do dia, procedeu à leitura de uma carta da Sra. Orálina Barroso, Diretora Executiva do Centro da Memória da Eletricidade, dirigida ao Presidente da Pro-Memória pedindo que fosse retirada da pauta da reunião o assunto relativo à construção da sede definitiva do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. O Presidente submeteu à alta consideração do Conselho a fundamentação do pedido. O Conselho, por unanimidade, decidiu que não

841

havia motivo para a rebranda do assunto. O Presidente passou então a palavra ao Conselheiro Gilberto Ferrez para a análise das solicitações da Construção no Parque do Flamengo e em seu entorno, constantes dos Processos nº 060-A-87/SPHAN, sede do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil; nº 040-A-88/SPHAN, Sede de, digo da Confederação Brasileira de Vela e Motor; nº 043-A-88/SPHAN, Cordão do Bola Preta e Processo nº 049-A-88/SPHAN, Centro Cultural da Glória. O Conselheiro Gilberto Ferrez, relator dos processos, reportou-se ao processo de tombamento do Parque do Flamengo destacando os pareceres de Maria Carlota de Macedo Soares e Dr. Rodrigo de Mello Franco que opinou, a respeito, o Arquiteto Paulo Tedim Barreto, o qual opinara pelo tombamento, tendo em vista o significado social-paisagístico do Parque do Flamengo, com o de acordo de Lúcio Costa, então Diretor de Divisão de Estudos de Tombamento. O Processo, ao ser enviado, à época, ao Conselho Consultivo, teve como relator o Arquiteto Paulo Santos que sugeriu o tombamento da área abrangida pelo parque até 100 metros da praia em toda extensão, a fim de evitar que se fizessem ali, no futuro, construções espúrias que poderiam sacrificar a beleza do conjunto, tendo o Conselho Consultivo, em 20.04.75, decidido pelo tombamento. Em seguida, o Conselheiro passou a dar parecer sobre o pedido do Clube Bola Preta julgando não haver razão para um Clube Carnavalesco solicitar área na orla ma-

ríhima, para esporte náutico. Sobre o pedido da Confederação de Vela e motor, o Conselheiro disse tratar-se de solicitação de construção fora do perímetroombado e que merecia consideração. Esclareceu que em 1983 foi apresentado pedido e aprovado projeto em acordo com os critérios da Prefeitura, que permitiam edificação com 1 (um) pavimento e ocupação de 50% de terreno "para evitar a construção de grandes massas junto ao mar". Em 1987, continuou, a Confederação solicita à Prefeitura revisão dos parâmetros anteriores e apresenta projeto à SPHAN de edificações de três pavimentos, para sua sede administrativa, incluindo auditório, restaurante e um posto de abastecimento para barcos. A Prefeitura teve os parâmetros anteriores em documento de 04.08.87, permitindo edificação de 3 (três) pavimentos. A Prefeitura encaminhou o processo para a SPHAN e em 17.03.88 a 6ª Diretoria Regional informou que em face da alteração dos critérios adotados anteriormente e tendo em vista que uma construção de três pavimentos junto ao mar poderia vir a influenciar negativamente, como bloqueio visual, uma área já prejudicada pela presença de galpões pertencentes aos clubes com sede junto ao mar, obteve do arquiteto autor do projeto o compromisso da supressão de um pavimento, o terceiro, onde se situa o restaurante, ficando o prédio com dois pavimentos, sendo um em pilotis, reussário segundo o autor,

para monumento de barcos em dias de competi-
 ção. Acredito assim, finalizou o relator, que
 o novo projeto baseado nesses critérios possa
 vir a ser aprovado contanto que se garanta
 a supressão de um pavimento, ficando o
 prédio com 02 pavimentos, um em pilotis e
 que o pé direito do pilotis e a cota de coroa-
 mento do edifício sejam determinados pela
 Diretoria Regional e configurem uma volu-
 metria mais baixa que a dos clubes existen-
 tes. Acrescentou que isto seria um bom e-
 xemplo a ser seguido pelos clubes vizinhos,
 que assim acabariam com os horribes gal-
 pões que tem uma volumetria maior do que
 a desejada. Quanto ao Centro Cultural da
 Glória, localizado por trás da Marina, cons-
 tando de aquário, umbráculo, auditório,
 arco aquático e restaurante, deu parecer fa-
 vorável aos três primeiros, isto é, ao aquá-
 rio, umbráculo e ao auditório, por fazerem
 parte do projeto inicial. Quanto ao restaurante,
 disse que já existiam dois no Parque e am-
 bos em dimensões compatíveis com o parque
 e que em relação ao arco aquático, conside-
 rava desaconselhável aprovar alguma coisa
 fora do previsto no projeto original. Sobre o
 Centro da Memória da Eletricidade, Processo nº
 060-A-87/SPHAN referente a pedido da Eleto-
 bras de licença para construir o Centro no espa-
 ço em frente aos clubes náuticos, disse o re-
 lator ser aquele espaço o único sobrando onde
 se pode construir algo, assim mesmo na de-
 pendência da volumetria da construção. Consi-

derou o caso mais delicado entre os debatidos. Além de tudo, destacou, é a área destinada, no projeto, à garagem da Fundação do Parque do Flamengo. Ponderou que o volume do prédio não pode, de modo algum, amesquinhar o Museu de Arte Moderna e que além disso ali existe um estacionamento de carros, de importância numa cidade onde há mais local para se estacionar veículos, servindo durante a semana aos que ali trabalham e aos sábados e domingos essencial aos que utilizam os clubes náuticos. Sugereu que a SPHAN pedisse à Prefeitura para definir se realmente vai construir ali a sede da Fundação e caso negativo, que a área seja urbanizada, ajardinada e declarada non-aedificandi. Quanto à Marina, julgou necessário terminar com a sua privatização, que impede a livre utilização pelo público e, bem assim, limitar os locais de comércio - concessão dada pela Riobur, conforme informação da Secretaria Municipal de Fazenda, Departamento de Patrimônio. Para finalizar, sugeriu que, salvo as construções previstas no projeto original, toda a área do parque seja definida como non-aedificandi. O Conselheiro Gilberto Velho manifestou-se de acordo com o parecer do relator quanto à preservação do plano original do Parque do Flamengo e indagou sobre as modificações já ocorridas no plano original e o que a SPHAN poderia fazer para corrigir esta situação. O Presidente do Conselho disse que já tinha

a relação de todas as construções e alterações ocorridas no Parque do Flamengo para distribuir aos Conselheiros, para que todos tivessem condições de avaliar a real situação do Parque do Flamengo (para distribuir aos Conselheiros, para que todos tivessem condições de) digo, em relação ao seu projeto original. Em seguida registrou a presença do Dr. Lúcio Abreu, Presidente da Fundação Parque do Flamengo e solicitou que ele fizesse alguns esclarecimentos ao Conselho. Dr. Lúcio Abreu agradeceu ao Presidente do Conselho a oportunidade de poder falar sobre o trabalho que estava desenvolvendo e também de poder, em nome da Prefeitura e da cidade, agradecer à SPHAN o trabalho de proteção que ela vem desenvolvendo no sentido de preservar o Parque do Flamengo, impedindo sua descaracterização, preocupação essa manifestada pela SPHAN antes de voltar, digo votar seu tombamento, quando indagou ao Governo do Estado sobre as condições de preservação para a garantia do tombamento. A época, lembrou, a resposta do Estado foi a criação da Fundação que mais tarde foi desativada. Com a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara e mudanças sucessivas na administração, prosseguiu, o Parque do Flamengo foi considerado patrimônio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Agora, declarou, o Prefeito Saturnino Braga, atendendo aos reclamos da sociedade, reformou o projeto do Parque do Flamengo e enviou a Ca-

para projeto de criação da Fundação Parque
 do Flamengo, passando para seu patrimônio
 tudo que pertença ao Parque. Se aprovado
 pela Câmara, acrescentou, já em setembro a
 Fundação começará a ter recursos extra or-
 çamentários para recuperar no Parque tudo
 o que se deteriorou. Se comprometeu também,
 em acatando a decisão da SPHAN, construir
 o que foi proposto pelo Centro Cultural. O
 Presidente agradeceu as palavras do Dr. Lúcio
 Abreu e colocou em votação o voto do rela-
 tor. Os Conselheiros Eduardo Knese, Solan-
 ge Godoy e Gilberto Velho manifestaram preo-
 cupação quanto às construções irregulares,
 algumas precárias, existentes no Aterro,
 não previstas no projeto original, para que
 a SPHAN não faça justiça pela metade. O
 Presidente disse que concordava perfeitamen-
 te com a colocação dos Conselheiros e que
 iria determinar a 6ª Diretoria Regional que
 iniciasse estudos nesse sentido, comprome-
 tendo-se a voltar ao assunto para aprecia-
 ção do Conselho. Com relação aos Proces-
 sos nº 060-A-87, nº 040-A-88, nº 043-A-88 e
 nº 049-A-88, já colocados em votação, o
 voto do relator foi aprovado por unanimida-
 de. (O Presidente passou a apreciar a propos-
 ta de arquivamento do Processo nº 1.266-T-88,
 que trata do pedido de tombamento do imó-
 vel situado à Rua Professor Antônio Lopes, no
 Município de Viana - Maranhão, antiga sede do
 Governo Civil e militar da então província, por
 ter sido o imóvel demolido juntamente. O Con-)

021

digo, Prosseguindo, o Presidente disse que, partindo de uma decisão dele, todos os processos indicados para arquivamento pela área técnica passariam a constar da pauta, para que o Conselho tivesse conhecimento do assunto e, se houvesse interesse, poderia solicitar um re-estudo da matéria. O Presidente colocou em discussão o arquivamento do Processo nº 1.108-T-83, referente ao tombamento do Outeiro de Santa Catarina, aprovado por unanimidade. O Presidente passou a apreciar a proposta de arquivamento do Processo nº 1.266-T-88, que trata do pedido de tombamento do imóvel situado à Rua Professor Antônio Lopes, no Município de Itanã - Maranhão, antiga sede do Governo Civil e Militar da então província, por ter sido o imóvel demolido recentemente. O Conselho concordou com o arquivamento. Em seguida foi apreciada a proposta de arquivamento do Processo nº 1.112-T-84 que analisa a proposta de tombamento de embarcações a vapor que trafegam no Rio São Francisco - Pirapora, Minas Gerais. O Presidente disse que o principal motivo para arquivamento do processo era o de que uma das embarcações, propostas para tombamento desapareceu em um incêndio e a outra foi tombada pelo IEPHA, já se encontrando protegida na esfera estadual, não se justificando portanto seu tombamento em nível federal. O Conselho, por unanimidade, concordou com o arquivamento do processo. O Presidente passou a palavra ao Dr. Solon Leontsinis, representando naquela reunião

não a Diretora do Museu Nacional, para proceder, em seu nome, ao relato do Processo nº 860-T-72 referente ao pedido do Museu Nacional de Belas Artes de saída do país da obra do seu acervo "O Café", de autoria de Cândido Portinari, para participar de exposição no THE BRONX MUSEUM FOR THE ARTS / NEW YORK / EUA no período de 27 de setembro de 1988 a 29 de janeiro de 1989. Antes de proceder à leitura do parecer da Conselheira Leda Daw, o Dr. Solon sugeriu que em homenagem ao Conselheiro Paulo Santos fossem identificados os seus principais pareceres de tombamento e publicados pela SPHAN. O Presidente aporou a sugestão dizendo que a obra do Conselheiro Paulo Santos gerava "jurisprudência" devido ao fato de ser constantemente citada em pareceres de estudiosos e técnicos brasileiros. O Dr. Solon passou à leitura do parecer dizendo que, atendidas as condições de segurança para envio e acondicionamento da obra e o recebimento da apólice do seguro, votava favoravelmente ao pleito. O Conselheiro Alcides Mafra esclareceu que a apólice já havia sido encaminhada à Secretaria do Conselho para ser anexada ao processo. O Presidente colocou o assunto em votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Passou em seguida a palavra ao Conselheiro Lourenço Luiz Lacombe relator do Processo nº 829-T-70 volume II que trata do pedido do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo

para saída do país da obra intitulada "O Enigma de Um Dia" de autoria de Giorgio De Chirico, para figurar na exposição comemorativa do centenário de nascimento do artista, a ter lugar no Museu Correr em Veneza, de 30.09.88 a 15.01.89. O Conselheiro disse que por estar o processo devidamente informado e com toda a documentação necessária votava favoravelmente ao pleito. Colocado em votação, o processo foi aprovado por unanimidade. O Presidente passou a palavra ao Consultor Técnico da SPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles, para proferir a leitura do parecer dado pelo Conselheiro Max Justo Guedes, ausente naquela reunião, no Processo nº 809-T-68 Volume 47, que analisa o pedido do MASP para a saída do país da obra "O Retrato da Princesa Bibesco" de autoria de Edouard Vuillard. O relator, tendo em vista as garantias oferecidas e a seriedade da instituição organizadora, Museum Art Gallery da Universidade de Alabama, manifestou-se favorável ao pleito. O Presidente colocou o processo em votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. A Conselheira Solange Godoy passou, em seguida, a fazer a leitura do seu parecer no Processo nº 009-A-88 / SPHAN que analisa o pedido do Sr. João Marino para a permanência no exterior de sua coleção de arte, em face do convite da Fundação Calouste Gulbenkian / Lisboa, Portugal, para exposição em dezembro de 1988. A Conselheira disse que manifestava-se inteiramente favorável à ida da co-

leção para Portugal mas gostaria de recomendar que, no futuro, fosse exposta no Brasil, oferecendo o Museu Histórico Nacional para apresentá-la ao público e reafirmando as recomendações de Dra. Lygia Martins Costa quanto ao tempo de permanência no exterior e ao envio de catálogo à SPHAN. Colocado pelo Presidente em votação foi o processo aprovado por unanimidade. O Presidente apresentou, para ser ratificado, o Processo nº 139-T-38 volume 2, que trata de autorização para saída do país de objetos de arte plumária pertencentes ao Museu Paulista, Museu Plínio Ayrosa e acervo particulares, solicitada pelo Ministério das Relações Exteriores, para participarem de exposição de Arte Plumária do Indígena Brasileiro, em Barcelona e Madri, no período de junho a setembro de 1988. Ainda para ser ratificado, o Processo nº 860-T-72 volume 1b, referente ao pedido da Biblioteca Nacional, de saída do país da obra "Sacramental", de autoria de Clemente Sanchez de Urcial, para exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa, no período de 20 de maio a 04 de junho de 1988. Colocadas em votação foram os mesmos ratificados. Sobre a obra "Sacramental" o Presidente informou que a Diretora da Biblioteca Nacional já comunicou seu retorno ao Brasil. A fim de encontrar uma maneira melhor de atuar na questão de saída de obras de arte do país o Presidente apresentou ao Conselho como consulta

prévia, o Processo nº 809-T-68 volume 50, referente à solicitação do MASP de envio a Berlim, de 100 obras, para participar de exposição no Staatliche Kunsthalle, no período de 20.11.88 a 04.01.89. Das 100 obras solicitadas, o Presidente informou que 48 obras iriam de Marigny - Suíça onde se encontram no momento e que as demais sairiam do Brasil. Disse ainda que o Diretor do MASP alegou que devido ao trabalho de reforma do prédio do MASP, as obras expostas na Europa estavam mais seguras do que se ficassem na reserva do museu. O Conselheiro Gilberto Velho disse que compreendia a situação do MASP mas gostava de registrar sua posição de que as obras deveriam ficar no Brasil. Chamou a atenção para a generalização do argumento diante da insegurança geral dos museus nacionais. O Presidente concordou que a questão era conjuntural e que não poderia servir de argumento para o Diretor do MASP expor seu acervo no exterior. O Presidente apresentou, ainda como consulta prévia, solicitação do MASP - Processo nº 809-T-68 volume 51, para envio ao Japão de 76 peças de autoria de Edgar Degas, no período de 27 de outubro de 1988 a 07 de maio de 1989 e solicitação da Secretaria de Difusão e Intercâmbio Cultural do Ministério da Cultura para envio de peças arqueológicas para participar da Exposição de Arqueologia no Museu do Homem, em Paris, com inauguração prevista para 12 de outubro do corrente ano. O Presidente solicitou à Secretaria do Conselho que prestasse esclarecimen-

tos sobre o pedido da SEDI, pois o processo estava incompleto. A Secretária disse que havia pedido um parecer ao senhor de arqueologia da SPHAN e que, com base nesse parecer técnico, foram solicitadas informações à SEDI. O Presidente explicou que a consulta plena não era uma autorização e que estava apenas dando conhecimento ao Conselho daqueles 3 pedidos. Submeteu ao Conselho o Processo nº 809-T-65 volume 52 referente ao pedido do Diretor do MASP de saída do país da obra "Americamerica" de Rubens Gerchman para exposição sobre o tema "A Presença Latino-Americana nos Estados Unidos de 1920 a 1970" a ser realizada no Bronx Museum for the Arts de Nova York no período de 27.09.88 a 29.01.89. Contendo o pedido do MASP todas as informações sobre a segurança da obra manifestou-se favorável ao pleito. O Conselheiro Alcádio Mafra esclareceu que tratava-se da mesma exposição para a qual foi solicitado o empréstimo da obra "O Café". O Presidente colocou o assunto em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Passando aos assuntos diversos, o Presidente comentou o texto constitucional relativo à Cultura, aprovado pela Constituição, e enviado a todos acompanhado do Ofício de Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza, Assessor Parlamentar do Ministério da Cultura. O Presidente ressaltou o empenho e a preocupação diária do Ministro Also Furtado durante os trabalhos

da Assembleia Nacional Constituinte no tocante às questões culturais. Prosseguindo, deu conhecimento ao Conselho da autorização dada ao Museu Nacional para enviar 61 gravuras (reimpressão) de autoria de Oswald Goeldi para exposição no Brazilian American Cultural Institute, em Washington - EUA e depois itinerar pelas principais cidades dos Estados Unidos. Comunicou, ainda, o retorno ao Brasil, das obras que participaram da exposição "Modernidade - Arte popular Brasileira do Século XX", realizada em Paris de 09.12.87 a 14.02.88; das 52 obras do acervo do MASP que estavam em exposição em Martigny - Suíça e das 31 obras de Grandjean de Monigny pertencentes ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes que estavam em exposição na Biblioteca Marmottan de Boulogne Billancourt, França, autorizada pelo Conselho em sua 133ª Reunião em 02.05.88. O Presidente comunicou o cancelamento do Processo nº 055-A-87, que trata do envio à Alemanha do automóvel Peoros, autorizado pelo Conselho na Reunião de 06.11.87, em razão da desistência do Museu Histórico Nacional. A conselheira Solange Godoy esclareceu que o automóvel não iria mais para a Alemanha, devendo as peças vir para o Brasil. Quanto à parte mecânica do carro, completou, está toda mapeada e, se fechado um intercâmbio com a Bosch/Mercedes e Museu Alemão de Munique, o carro poderá vir a funcionar. O Presidente deu conhecimento ao Conselho da correspondência do sr. Ber-

nard Aron ratificando entendimento com o enge-
 nheiro Augusto Guimarães Filho, no sentido da
 limpeza da estátua Homenagem à Juventude,
 de Bruno Giorgi, do alvará do Palácio Gusta-
 vo Capanema, sem ônus para a SPHAN/FNPM.
 Disse que recava o emprego de método pou-
 co conhecido, mesmo já tendo sido usado no
 monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret
 e no monumento dos Fundadores de São Pau-
 lo, de Luiz Marrone. Os Conselheiros também
 manifestaram preocupação quanto à expen-
 sa e ficou decidido que o Presidente iria
 pedir maiores informações sobre o assunto e
 trazer novamente a matéria ao conhecimento
 do Conselho. Distribuiu aos Conselheiros có-
 pia do Projeto de Lei Complementar que tra-
 mita no Senado Federal sob o nº 20, sobre
 alterações da legislação que cria municípios,
 já com o parecer da Coordenação Jurídica de
 SPHAN, para que o Conselho desse sugestões
 sobre a matéria e, só então, a SPHAN/FNPM
 se manifestaria oficialmente. Em relação à por-
 taria de arqueologia discutida na 133ª Reu-
 nião, o Presidente disse que deixaria para a
 próxima Reunião a decisão de assiná-la,
 pois a Conselheira Maria Beltrão, relatora
 da mesma, se encontrava ausente. Antes de
 encerrar a reunião, o Presidente disse que
 gostaria de conhecer a disposição dos Conselhei-
 ros quanto à realização em Pirenópolis, GO,
 da 135ª Reunião do Conselho, solicitando o
 empenho de todos, uma vez que deverá o
 Conselho ser hospedado pelo Governo de Goiás

602

e Prefeitura local e o quorum seria imprescindível. O Conselho aprovou a solicitação do Presidente e ficou definido que a 135ª reunião seria nos primeiros dias de outubro em Pirenópolis, cabendo a Secretaria do Conselho avisar a todos com antecedência o dia certo. O Conselheiro Gilberto Fereiz pediu a palavra para manifestar sua preocupação sobre notícias da transferência da Biblioteca Nacional para Brasília. O Presidente disse que ele não tinha conhecimento desta ideia e sim da criação de um Centro Cultural em Brasília, com uma parte do Arquivo Nacional e dispondo de biblioteca que não teria o nome Nacional nem levaria nenhum acervo do Rio de Janeiro. O ministro Celso Furtado, disse ele, sempre foi favorável à manutenção dos acervos onde eles estão. Isto não só em relação ao Rio de Janeiro. O Conselheiro Gilberto Velho disse que estava participando bastante da discussão sobre o Conjunto Cultural de Brasília e que a observação do Conselheiro Gilberto Fereiz era oportuna, pois o projeto era vago e contraditório, parecendo, às vezes, haver redundância de instituição e que o Museu Nacional, por seus representantes, já haviam manifestado a mesma preocupação. O Conselheiro Américo Jacobina Lacombe manifestou-se para dizer que a Casa de Rui Barbosa permaneceria no Rio de Janeiro. O Conselheiro Francisco Iglesias disse que o idealizador do projeto pode ter pensado nas míseras mas ele, de fato, pensava em levar a Biblioteca Nacional para Brasília, bem como o Ins-

Instituto Histórico, o Arquivo Nacional e a Academia Brasileira de Letras, tanto que o Presidente da Academia de Letras, Dr. Austregesilo de Athayde, respondeu que no Estatuto da Academia dizia que a sede era na cidade do Rio de Janeiro e não na Capital da República e, portanto, a Academia não poderia ir para Brasília. Os Conselheiros Alcídio Mafra e Solange Godoy apoiaram as palavras do Conselheiro Gilberto Velho. O Presidente referindo-se ainda ao Centro Cultural, disse que na gestão do ministro Celso Furtado ele já tinha se manifestado contra qualquer construção antes de uma mudança na economia do país, portanto, dizia ele: "durante minha gestão no Ministério da Cultura eu não apoio e nem aplaudo o início de obras.". O Presidente disse que para os espaços destinados a exposições os nossos museus poderiam levar exposições à Brasília em rodizio anual, não sendo necessário ao Centro Cultural ter acervo próprio, sendo suficiente o acervo das instituições do Governo em Brasília. O Conselheiro Alcídio Mafra, reforçando as palavras do Presidente, disse que o Museu Nacional de Belas Artes, através da Fundação Nacional Pró-Memória, firmou convênio com o Banco Central através do qual foram restauradas inúmeras obras do acervo dele para abertura de uma galeria de exposições e que, após restauradas no Rio, as obras voltaram para Brasília. Portanto, as próprias instituições dispõem de acervo que podem perfeita-

mente ser mostrado ao público. Antes de dar por encerrada a reunião o Presidente apresentou a Dra. Janice Monte-môr, nova Coordenadora de Registro e Documentação da SPHAN e da Pró-Memória, acumulando a Coordenação Geral de Documentação. Ao dar as boas-vindas à nova Coordenadora destacou o brilhantismo, alta eficiência e importância do seu trabalho na Biblioteca Nacional. O Presidente agradeceu a presença de todos e pediu um aparte reservado com os Conselheiros.

Nada mais havendo a tratar, eu, Regina Elena Pinto Vieira Ribeiro, laurei a presente ata que assino juntamente com o Presidente e demais membros do Conselho. Observação: ficam desconsiderados os trechos assinalados entre parênteses nas linhas 5 a 7 da página 149 verso e 27 a 33 da página 150, em virtude de repetição quando da transcrição.

Osvaldo Campos Nello

Cyberio Feres
Velho

Kneese

Carvalho

Iglérias

A. Lacambre

L. Lacambre

Alcides Mafra

Solange Godoy

Solange Teófilo

Ca. J. Lacambre

Lacambre

Alcides Mafra

Solange Godoy

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Francisco Iglérias